

**Ata nº 5/2021**

**18 de junho de 2021**

----- Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas doze horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão extraordinária, por videoconferência <https://videoconf-colibri.zoom.us/j/87322583611>. A reunião foi presidida pelo conselheiro José Manuel Portugal, nos termos do nº 3 do artigo 3º do Regimento do CG, em virtude da sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques, se encontrar em trânsito, o que a impediu de presidir à reunião, tendo, no entanto, participado na mesma. -----

----- Participaram também na reunião os conselheiros Adélio Saraiva, António Gabriel, António Leal, Carla Matos Silva, Carlos Veiga, Cristina Agreira, Cristina Caridade, Cristina Trigueiro, Eduardo Natividade Jesus, Elsa Ramalho, Eugénia Devile, Fernando Belfo, Hugo Fonseca, Jorge Barreiros, Maria do Rosário Gambôa, Maria Fernanda Antunes, Maria Madalena Abreu, Mariana Nunes, Nuno Mendes, Pedro Machado, Pedro Pinto Bravo, Regina Pinto, Ricardo Rodrigues, Rui Gonçalves, Silvino Capitão, Susana Dias e Tiago Estevão Martins e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC) Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária (ESAC), João Noronha, o Presidente da Escola Superior de Educação (ESEC), Rui Antunes, a Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGOH), Vera Cunha, o Presidente do Instituto Superior de Engenharia (ISEC), Mário Velindro, o Diretor do Instituto de Investigação Aplicada (i2A), Jorge Bernardino, e o Administrador dos Serviços de Ação Social (SAS), João Lobato. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Adalberto Campos Fernandes, Carlos Santos e Teresa Mendes. (Doc. 1). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) PONTO ÚNICO: Proposta de alteração aos Estatutos do Politécnico de Coimbra.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do CG em exercício cumprimentou os conselheiros e deu início à sessão. -----

----- **A) PONTO ÚNICO: Proposta de alteração aos Estatutos do Politécnico de Coimbra.** -----

----- O Presidente do CG em exercício deu a palavra ao PIPC que fez a apresentação da proposta de alteração aos Estatutos (Doc. 2), a qual se resume à proposta de criação de duas Unidades Orgânicas (UO): o INOPOL – Academia de Empreendedorismo, que terá como missão promover uma cultura de inovação e empreendedorismo, potenciar a criação e crescimento de novas empresas, *startups* e *spinoffs*, de base científica e cariz inovador e ainda gerir as estratégias adequadas a uma empregabilidade plena dos diplomados pela instituição, e o Centro Cultural Penedo da Saudade, que tem como missão contribuir para o enriquecimento cultural da comunidade interna do IPC e reforçar o elo de ligação com a



comunidade externa. O PIPC informou que na proposta foram incluídas as sugestões aprovadas pelo Senado, órgão que deu parecer favorável à criação das novas unidades orgânicas (Doc. 3). Concluída a apresentação, o Presidente do CG em exercício recordou os conselheiros que a criação de unidades orgânicas carece do parecer dos Elementos Externos (EE) do CG (Doc. 4), nos termos do n.º 3 do artigo 24º dos Estatutos do IPC, parecer que foi elaborado pelo conselheiro Pedro Machado. Após esta informação, o Presidente do CG em exercício deu nota da conclusão do parecer dos Elementos Externos, o qual foi aprovado por unanimidade: “os EE emitem parecer favorável à criação das duas unidades orgânicas, nos termos propostos pelo Presidente do IPC”. De seguida o Presidente do CG em exercício deu a palavra aos conselheiros e aos convidados para que se pronunciassem sobre o assunto. -----

Interveio o conselheiro Pedro Machado, que manifestou a total concordância com a proposta apresentada pelo papel estruturante que as novas UO podem trazer para o Politécnico e para a região. Referiu que a criação da UO INOPOL está em total sintonia com o atual paradigma de desenvolvimento económico em que o empreendedorismo é um ponto chave, e que será um dinamizador para a geração de criatividade e da empregabilidade associada a esta criatividade. Referiu ainda que a criação como UO é uma ambição justificadíssima em relação ao Centro Cultural que pode ser um agregador da diversidade regional e um forte contributo para a coesão territorial. -----

O conselheiro Adélio Saraiva questionou a oportunidade da proposta de revisão dos estatutos, uma vez que o Presidente acabou de ser eleito e que irá apresentar ao CG as ideias orientadoras para os próximos quatro anos, não sendo uma boa solução em termos de gestão do Politécnico estar a discutir este assunto antes da apreciação do plano estratégico. Referiu ainda que estamos a debater a criação de macroestruturas que implicarão recursos, nomeadamente recursos financeiros o que, numa situação conjuntural de falta de meios financeiros, também deixa dúvidas. Questionou se a atual estrutura não será suficiente para concretizar as ações que o IPC pretende levar a cabo, manifestando reservas em avançar de imediato para a criação destas macroestruturas sem saber que acréscimo de atividades irão ter para passarem a UO. Referiu também duvidar se o estatuto conferido ao diretor destas novas UO será a melhor solução, atendendo a que a responsabilidade de um presidente de uma Escola é muito mais vasta. -----

O conselheiro Eduardo Natividade, concordando com o interesse e função do INOPOL, solicitou ao PIPC que esclarecesse se a Associação recentemente criada e a prestação de serviços externos farão parte das funções e da missão do INOPOL. -----

A conselheira Madalena Abreu referiu que houve muito pouco tempo para refletir sobre a maneira como queremos crescer e que esse crescimento tem de ser arrojado, mas sustentado, de forma muito pensada,

e que não tem ainda clara qual é a estratégia subjacente à proposta de criação das UO. Referiu que a criação destas UO tem um impacto muitíssimo grande e que tem implicações na utilização de recursos que são escassos e que tudo carece de maior estudo dado o passo grande que está a ser proposto, parecendo-lhe excessiva a equiparação das novas estruturas a UO, com o mesmo estatuto e os mesmos meios das Escolas. Questionou ainda o processo de escolha do diretor, no âmbito de uma academia que tem como regra a colegialidade, tendo referido que um órgão por nomeação direta por parte do Presidente do Politécnico não lhe oferece grande ânimo nem simpatia. -----

O conselheiro Fernando Belfo referiu que a ideia que foi manifestada é que se trata de uma alteração cirúrgica aos estatutos, mas que tem dúvidas que o seja, porque o que está em causa é uma alteração que permite a criação de duas UO novas. Referiu que se revê no objetivo de potenciar a criação de novas empresas e de gerir as estratégias de empregabilidade, bem como no objetivo de contribuir para o enriquecimento cultural e de reforçar o elo de ligação com a comunidade externa, mas que o que está em causa é a estratégia em relação ao modelo de governação que o IPC deve adotar, não estando demonstrado que os serviços prestados já têm ou que virão a ter dimensão que justifique a criação destas UO, estruturas mais pesadas do que as que existem atualmente. Entende que seria importante demonstrar o porquê da atual estrutura não responder e apresentar os serviços que não podem ser desenvolvidos com as estruturas atuais. Referiu ainda que o peso destas estruturas poderá retirar recursos das outras UO. Pelo exposto, considera que a proposta de alteração de estatutos não é oportuna. -----

O conselheiro Ricardo Rodrigues interveio no sentido de reforçar o apoio às intervenções anteriores, as quais subscreve. -----

O conselheiro Carlos Veiga referiu que a leitura que faz é que ao criar estas UO não vamos sobrecarregar as restantes, que estas UO vão passar a ter um orçamento que vai ser aprovado em CG e que vai ser distribuído a cada uma das UO aquilo que se decidir, que cada uma destas unidades também vai ter os seus estatutos aprovados pelo CG, e que o que se pretende é permitir a uma equipa que faça essa gestão de uma forma autónoma e de uma forma integrada para todo o Politécnico, tendo solicitado ao PIPC que esclarecesse se é assim. Considerou que não fazer esta alteração é bloquear a expansão destas áreas e que a melhor maneira é criar as UO, fazer os seus estatutos, pô-las a funcionar e depois avaliar essas UO e corrigir o que for necessário. -----

O conselheiro Jorge Barreiros referiu que, de forma geral, é positivo existir dinamismo na instituição e que vê com bons olhos a criação de estruturas que permitam dinamizar o Politécnico, mas solicitou ao PIPC que esclarecesse quais foram os fatores que levaram à proposta de criação das UO, que problemas

é que estamos a tentar resolver, o que não podemos fazer atualmente e que as novas UO vão permitir fazer, qual a estratégia a prosseguir, como é que será ou não feita a articulação com as atividades que já existem e que estão em funcionamento nas UO, qual a estimativa sobre a existência ou não da necessidade de recursos orçamentais adicionais em relação à situação atual, assim como a necessidade de afetar outros recursos: humanos, espaços físicos, etc. -----

A conselheira Regina Pinto considerou bastante importante dar este passo fundamental para que a instituição se posicione, sendo mais sensível em relação ao INOPOL, por conhecer melhor esta realidade, enquanto espaço de excelência na aproximação à comunidade e como ponte para os grupos de ação local. Considerou que o momento é o de fazer a alteração para podermos acomodar estas estruturas e que depois haverá o momento da discussão em detalhe sobre a sua operacionalização. -----

O Presidente do ISEC, Mário Velindro, referiu já ter tido oportunidade de se manifestar em sede de Senado onde colocou algumas questões e que corrobora das opiniões dos colegas que falaram anteriormente. Referiu que os recursos financeiros são escassos, que não temos um plano de ação, de objetivos nem uma equipa. Questionou a interação que vai haver entre estas UO e as já existentes e considerou a proposta pouco consolidada. -----

O conselheiro António Leal felicitou o PIPC pela proposta que apresenta porque o Politécnico quer-se dinâmico, mas referiu que é importante perceber os impactos da criação destas UO nos orçamentos das Escolas e a capacidade que as UO terão para suportar mais este financiamento, tendo solicitado que os presidentes das Escolas se pronunciassem sobre este ponto. -----

O presidente da ESEC, Rui Antunes, respondeu ao repto do conselheiro António Leal, tendo referido que não vê problemas nenhuns na criação destas duas UO que correspondem a estruturas que já existem e que estão a funcionar, e que o seu financiamento só se resolve dando-lhes autonomia para que o possam procurar. Acrescentou que as estruturas vão crescer à medida do que for a possibilidade do IPC, mas que o fundamental é a questão da autonomia e de pôr à sua frente pessoas com capacidade de procurar financiamento, que estão a abrir quadros comunitários e que é importante que estas estruturas possam captar financiamento. Referiu ainda que as UO têm de ter um crescimento sustentado e que tudo será analisado em Conselho de Gestão. -----

Finalizadas as intervenções dos conselheiros, o Presidente do CG em exercício deu a palavra ao PIPC para que respondesse às questões colocadas. O PIPC referiu ser um mito que os recursos são escassos, que não são se os direcionarmos para o sítio certo, e que temos de perceber de que forma direcionamos os recursos e de quem, dentro do IPC, tem de fazer as coisas. Referiu que ao darmos autonomia às estruturas estas crescem, que foi assim com a investigação. Referiu que os conselheiros sabem para onde

vamos, que houve 77% dos conselheiros que sufragaram um projeto que diz claramente para onde vamos, e que as bases programáticas serão a concretização desse projeto, fazendo todo o sentido que o plano estratégico seja definido com base na nova estrutura. Referiu que as pessoas que estão agora à frente das duas estruturas vão continuar e que a diferença em termos de encargos, face a um presidente de Escola, é mínima. Referiu que ganhamos a obrigação que as pessoas passam a ter de procurar financiamento, que ganhamos autonomia, e que ganhamos transparência, uma vez que será o CG a aprovar também os orçamentos das novas UO enquanto agora não tem ideia do que é gasto nestes serviços porque é decidido pela presidência. Referiu que será igualmente do CG a aprovar os planos de atividades desdás estruturas. Referiu que a articulação destas estruturas com as que já existem pode e deve ser feita. Em relação ao processo de escolha do diretor, referiu que é igual à escolha dos vice-presidente, dos pró-presidentes e do diretor da Unidade Orgânica de Investigação, da mesma maneira que os presidentes das Escolas escolhem os vice-presidentes. Referiu que as novas UO não vão ter peso nos orçamentos das Escolas, que até vão passar a realizar atividades que as Escolas poderiam ter de fazer e gastar dinheiro com elas, que vão depender do orçamento que o CG lhes atribuir e do financiamento que conseguirem obter. Referiu que há outras estruturas, como o desporto e a inovação pedagógica, que ainda não cresceram o suficiente para serem autónomas, mas que estas duas já deram provas e que precisamos de as deixar crescer. Esclareceu que a missão do INOPOL não é a mesma da associação, a qual está se pretende que venha a resolver a inépcia na gestão da prestação de serviços. Esclareceu também que os estatutos das novas UO são aprovadas pelo PIPC e não pelo CG, mas que concordámos com uma proposta feita em Senado para que os estatutos sejam apreciados em Conselho de Gestão antes de o Presidente os aprovar. -----

De seguida, o Presidente do CG em exercício deu de novo a palavra aos membros do CG. Interveio o conselheiro Hugo Fonseca que referiu ser muito importante que estas estruturas tenham autonomia e que esta é indispensável para o seu crescimento, tendo considerado que a criação das duas UO é um bom passo para o crescimento do IPC. -----

Durante a discussão deste ponto ausentou-se o conselheiro Tiago Estevão Martins. -----

Concluída a discussão, o Presidente do CG em exercício colocou a proposta de alteração dos Estatutos do IPC a votação, tendo a mesma sido aprovada com vinte e quatro votos a favor e quatro votos contra dos conselheiros Adélio Saraiva, Fernando Belfo, Madalena Abreu e Ricardo Rodrigues. Em face do resultado, a proposta foi aprovada por maioria de dois terços dos membros do CG, conforme o nº 3 do artigo 68º do RJIES. -----

----- Entrou na reunião a conselheira Catarina Ferreira. -----

----- O Presidente do CG em exercício deu de novo a palavra ao PIPC para apresentar uma proposta de alteração ao nº 2 do artigo 8º dos estatutos. O PIPC propôs que o nº 2 do artigo 8º passasse a ter a seguinte redação: “Os estudantes, docentes e trabalhadores não docentes do Instituto Politécnico de Coimbra que integrem membros dos órgãos de governo e de gestão de ensino e de investigação não podem pertencer a quaisquer órgãos de governo ou gestão de outras instituições de ensino superior público ou privado”, para clarificar que a restrição prevista neste artigo só se aplica às pessoas que têm vínculo ao Politécnico de Coimbra. Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes, com vinte e nove votos a favor. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pelo Presidente do CG em exercício e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----



Ana Cristina Abreu